

A falta de interesse pela Inteligência Estratégica

Mário Andreuzza*

Os meios de comunicação diariamente trazem à tona escândalos envolvendo órgãos públicos de diversos níveis e empresas constituídas para prestar-lhes serviços.

No Estado do Rio Grande do Sul, os casos mais recentes são as fraudes milionárias no Detran, as falcatruas dos concursos públicos realizados por prefeituras, a fraude dos selos, que causou prejuízo de R\$ 3,3 milhões aos cofres públicos e o aval fraudulento da CGTEE, principal empresa de energia térmica do Rio Grande do Sul, que aparece como fiadora de 12 contratos de empréstimos em benefício de empresas.

Na esfera federal é impossível relacionar as fraudes, escândalos, falcatruas em um só parágrafo, mesmo que ficássemos na faixa entre o mensalão e os cartões corporativos. Quando os fatos vêm à tona, a Polícia Federal faz o seu trabalho, o Ministério Público atua com rigor, a sociedade fica perplexa e revoltada, mas, via de regra, os responsáveis não são punidos.

Ao serem chamados a dar algum tipo de explicação, pois em última análise são responsáveis por tudo o que acontece ou deixa de acontecer em suas administrações, os gestores dizem: “eu não sabia...”. Na maioria das vezes eles sabiam. Mas, em alguns casos o que se verifica é um problema de falta de informação, falta de Inteligência, sobre o que se passa nas diversas esferas da administração.

A Inteligência é um produto acabado, derivado de informações e dados que foram selecionados, avaliados, interpretados e, finalmente, expresso de forma tal que evidencie a sua importância para um determinado problema ou área de interesses de Estados, empresas, órgãos públicos, ONGs, Instituições, partidos políticos, etc...

No ambiente privado, a Inteligência representa uma ferramenta estratégica que permite à empresa melhorar sua competitividade, identificando as principais forças propulsoras e prevendo os futuros rumos do mercado. No Brasil, alguns empresários já perceberam a importância de estruturar núcleos de inteligência para visualizar oportunidades e riscos, acompanhar e avaliar os concorrentes e orientar a implementação eficaz de novos negócios.

Infelizmente, isto não acontece no Estado do Rio Grande do Sul, muito menos no Brasil. Um Sistema de Inteligência Estratégica em ambas as esferas poderia apoiar o processo de tomada de decisões, de forma subsidiar planejamentos de médio e longo prazos, otimizar o uso dos escassos recursos e contribuir para uma melhor clareza situacional dos agentes públicos. O produto do Sistema poderá contribuir para tornar o processo decisório governamental mais realista, ágil, reflexivo e transparente.

A Inteligência, portanto, deve ser entendida como uma atividade multiplicadora de capacidades públicas ou privadas e consiste em um processo cíclico e seqüencial destinado a transformar informação em produto utilizável pelos tomadores de decisão.

Um dirigente, público ou privado, não tem o direito de não saber. Cedo ou tarde a sociedade vai cobrar.

*Prof. de Inteligência Competitiva